

COOPERAÇÃO BILATERAL COM RPM CONSOLIDA NOSSA INDEPENDÊNCIA

— afirma Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe em entrevista à Informação Moçambicana

Por Calane da Silva e João de Sousa

— A cooperação bilateral com a República Popular de Moçambique constitui um factor extremamente importante para a consolidação da nossa Independência e estamos convencidos que se se exercer uma solidariedade eficaz e permanente entre os nossos povos e países estaremos em condições de fazer frente às nossas actuais dificuldades transitórias e conjunturais que nos são trazidas pela crise económica mundial — afirmou o Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa numa entrevista concedida ontem a bordo do avião das Linhas Aéreas de Moçambique quando viajava com destino ao nosso País para uma visita oficial de amizade.

Esta entrevista à Informação moçambicana aborda uma série de questões políticas da actual situação que se vive em S. Tomé e Príncipe assim como se faz uma análise da presente agressividade do imperialismo no Continente Africano e África Austral em particular.

PERGUNTA — Sr. Presidente poderia mencionar quais os objectivos da sua viagem à República Popular de Moçambique?

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — O primeiro objectivo desta viagem é a amizade e solidariedade para com o Povo da República Popular de Moçambique, um povo que, como o nosso, Povo são-tomense, tiveram ambos uma longa luta contra a dominação colonial portuguesa e que agora enveredam por um caminho da conquista da verdadeira independência e felicidade dos respectivos povos.

— Nós pensamos que esta nossa primeira viagem é extremamente importante, tendo em consideração o contexto internacional pressionado pelo imperialismo juntamente com as manobras das forças reacţionárias internas que tentam impedir por todos os meios que os nossos povos possam alcançar um nível superior de relações humanas e torna-se portanto necessário que os nossos dois países, os nossos Partidos se encontrem, se descubram de modo a encontrarem uma forma concreta de cooperação e solidariedade que possa ter como objectivo ajudar a reforçar posições, a reforçar a luta dos nossos respectivos povos, para alcançarmos os objectivos pelos quais lutamos contra o colonialismo português e continuamos a lutar pela reconstrução nacional, pela consolidação das nossas respectivas independências.

PERGUNTA — Sr. Presidente a sua resposta dá-nos a possibilidade de fazermos uma outra pergunta, porquanto se refere a um aspecto específico, que são as áreas de cooperação. Gostariamos que nos desse uma imagem das áreas de cooperação e do seu desenvolvimento entre S. Tomé e Príncipe e a República Popular de Moçambique.

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — Embora nós não tenhamos acordos assinados entre os nossos países podemos dizer que nós já cooperámos nos diversos domínios há já bastante tempo. E esta viagem vai-nos permitir definir concretamente as áreas de cooperação, vai-nos permitir, portanto, saber concretamente em que domínios os nossos dois países poderão reforçar a sua cooperação. Estamos absolutamente convencidos que essa cooperação será consolidada e esta nossa visita oficial constitui um factor de extrema importância para a consolidação das nossas posições e para o reforço da solidariedade e da amizade já existentes entre a República Popular de Moçambique e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

PERGUNTA — Como caracteriza Sr. Presidente a actual situação política, económica e social de S. Tomé e Príncipe?

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — Podemos dizer que desde 1975 até agora nós conseguimos êxitos bastante importantes no domínio político, económico e social. Basta dizer que ao nível da consolidação do Poder conseguimos criar novas estruturas, estruturas de Poder, como as Assembleias Distritais, que vieram permitir, portanto, ao nosso povo, exercer mais directamente o Poder, de ter controlo não só sobre o Poder Político mas também sobre o Poder Económico em S. Tomé e Príncipe.

— Depois de 1975 nós procedemos a uma série de acções no sentido de fazer com que o nosso povo tivesse o controlo e a direcção da sua economia, caso das nacionalizações. Isso quer dizer então que a partir de 1975, através das nacionalizações nós conseguimos ter a direcção e o controlo da economia do nosso país.

— Acontece que actualmente nós temos várias dificuldades. Essas dificuldades estão relacionadas em primeiro lugar com a crise económica mundial e também relacionadas, a um certo grau, com o nível de desenvolvimento da organização, que ainda não conseguimos atingir, mas estamos completamente convencidos que através do nosso

Plano Prospectivo estaremos em condições de definir com precisão os pontos principais de desenvolvimento, estaremos em condições de podermos superar essa situação económica difícil em que nós nos encontramos. Também esperamos que com a intensificação da cooperação com os países amigos, nomeadamente os países socialistas, possamos ter as ajudas externas necessárias para a consolidação da nossa economia.

— Nós estamos convencidos que a cooperação com os antigos países colonizados por Portugal constitui também um factor extremamente importante, nomeadamente a cooperação bilateral com a República Popular de Moçambique. Esta cooperação constitui um factor, repetimos, extremamente importante, para a consolidação da nossa independência e estamos convencidos que se se exercer uma solidariedade militante, uma solidariedade eficaz e permanente entre os nossos povos e países estaremos em condições de fazer frente e face a essas dificuldades transitórias e conjunturais que nos são trazidas pela crise económica mundial.

PERGUNTA — Nós tivemos o privilégio de estarmos em S. Tomé. Muito embora essa permanência fosse apenas de 12 horas, chamou-nos particularmente atenção um aspecto. Em todo o lado se fala de Recenseamento Geral da População e Habitação, o que sugere problemas prementes a procurar solução. Quer Sr. Presidente pronunciar-se sobre o assunto?

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — O problema do recenseamento mostra-se-nos como

mais precisos, vai permitir de uma maneira mais precisa e concreta planificarmos o nosso desenvolvimento e estarmos, portanto, em condições de podermos lutar com maior segurança e garantia contra o subdesenvolvimento.

PERGUNTA — Iriamos passar agora a um outro assunto relacionado com a actuação do inimigo interno e externo. Dentro desta questão poder-nos-ia dizer Sr. Presidente quais os objectivos da Ofensiva Política que decorre actualmente no seu país?

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — Como não podia deixar de ser o nosso processo de desenvolvimento sócio-económico é um processo que naturalmente tem de ter inimigos. Tanto inimigos internos como externos. Naturalmente que o facto de nós termos enveredado por uma via de desenvolvimento conducente à dignidade e do interesse real do Povo de S. Tomé e Príncipe à independência em relação ao imperialismo, isso faz com que as forças internas e externas do imperialismo criem-nos situações, criem-nos problemas no sentido de impedir o nosso avanço. É claro que as forças internas beneficiam do apoio da reacção internacional, sem o qual não poderiam actuar.

— Nós desencadeámos uma campanha, uma ofensiva política, uma ofensiva política a todos os níveis, ao nível dos Ministérios, ao nível dos Serviços no sentido de detectar de uma forma concreta como é que essas forças actuam de forma a neutralizar essas forças da reacção interna. Essa campanha, essa ofensiva tem tido resultados bastante positivos e com a última decisão

na medida em que nós poderemos detectar e desmantelar inimigos internos mas eles usarão outros processos de organização, outra forma de reagir. A ofensiva irá por etapas e nós iremos reforçando as nossas posições, pois sabemos que enquanto existir processo revolucionário existirão inimigos.

— Nós estamos convencidos que à medida que nos formos organizando melhor ao nível do Partido, ao nível das Organizações Democráticas de Massas nós estaremos em melhores condições de fazer frente às acções dos inimigos internos. É importante consolidar e reforçar ainda mais a nossa Ofensiva Política e Organizacional

PERGUNTA — Em 1980 foi promulgada uma nova Constituição. O que é que ela trouxe de novo ao processo político decorrente em S. Tomé?

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — Podemos dizer que o que diz respeito à nova Constituição ela trouxe algo de essencial, principalmente no que diz respeito à organização do Poder de Estado. Nós verificámos que na primeira Constituição nós tínhamos uma Assembleia Popular, mas essa assembleia era constituída por membros do Bureau Político, membros do Governo, representantes das Organizações de Massas e cidadãos idóneos que não tinham sido eleitos. Nesta segunda Constituição nós temos na Assembleia Popular uma maior concentração do nosso Poder de Estado. Para já verifica-se maior democracia. As Assembleias Distritais foram eleitas directamente pela população, através da eleição directa,



Pinto da Costa: reforçar a cooperação bilateral

borarmos os planos de desenvolvimento. Nós vamos ter a primeira experiência do Plano Prospectivo. Até agora tínhamos planos anuais, que não nos davam de maneira nenhuma possibilidades de uma precisão e, esses planos, como nós dizíamos, eram planos «tapa-furos», mas acontece que agora com os Planos Prospectivos nós temos a possibilidade de poder planificar num espaço de tempo muito mais largo todo o processo do nosso desenvolvimento. Quer dizer que a nova Constituição não só nos permite o exercício de uma maior democracia, através da representação popular ao nível dos órgãos do Poder, como vai permitir criarmos condições para a consolidação da nossa economia e proceder a um desenvolvimento planificado e projectado para o futuro, condições para nós superarmos num espaço de tempo mais curto o nosso subdesenvolvimento.

PERGUNTA — Uma última pergunta Sr. Presidente. Como analisa a actual situação na África Austral, nomeadamente a presente invasão sul-africana a Angola?

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — Nós pensamos que a presente situação na África Austral não existe de uma forma isolada. Ela tem de ser vista dentro de um contexto da estratégia do imperialismo de desestabilizar os países da África Austral, naturalmente, mas também os países progressistas do Continente Africano. Nós sabemos que uma das intenções e ambições dos países imperialistas é a consolidação do eixo África do Sul e os países do Atlântico Norte e estamos convencidos que isto é uma das primeiras etapas de criar um outro eixo Pretória e algumas ditaduras da América Latina e também com alguns países de África no sentido de terem a possibilidade de controlar não somente a África Austral, mas também todo o Continente Africano.

— Portanto essa acção na África Austral

situa-se dentro de um contexto de desestabilização muito mais generalizada e que tem como objectivo fazer com que as forças imperialistas reconquistem as suas posições perdidas.

— E nós verificamos que essa acção dos países imperialistas através da África do Sul que começa a ser cada vez mais agressiva, não é por acaso. Nós constatámos em primeiro lugar um grande recrudescimento da luta de libertação dos povos da África Austral, dos povos do Continente Africano pela sua libertação e consolidação das suas independências, por um lado, e constatamos, por outro, a crescente contradição que existe também no seio dos próprios países imperialistas, que faz com que uns comecem a não ter confiança nos outros.

— Nós verificamos por exemplo essa situação na África Central em que com a mudança da situação em França se criou uma situação de desconfiança mesmo no seio dos próprios países imperialistas, que faz com que haja uma acção no sentido de uns se substituírem aos outros. Portanto uns já não têm confiança nos outros e por conseguinte com a mudança verificada principalmente em França há um receio dos regimes que anteriormente eram amparados pela França de passarem a não ter o apoio suficiente para a continuidade do neocolonialismo.

— Portanto a agressão sul-africana a Angola será dentro desse objectivo do imperialismo impedir que o Povo namibiano atinja a independência real e concreta, tem como objectivo criar um regime fantoche na Namíbia e impedir que a SWAPO conquiste a independência, a SWAPO como legítimo representante do Povo da Namíbia. A acção imperialista tem também como objectivo a criação de condições para a desestabilização de todos os países progressistas da África Austral e do Continente Africano em geral.



Uma vista da cidade de São Tomé, a cidade capital

um êxito bastante grande do nosso povo. Basta dizer que durante o tempo colonial o nosso povo utilizou a arma do recenseamento para se opor, para fazer resistência ao colonialismo português. Quer dizer que o povo sempre se recusou ao recenseamento porquanto no tempo colonial o recenseamento tinha um objectivo de indagação da força para o trabalho forçado nas plantações.

— Nós tivemos em 1979 uma primeira experiência de recenseamento. Essa experiência não teve êxito uma vez que não houve um trabalho político em profundidade de esclarecimento da população. Mas nós podemos considerar que o recenseamento de 1981 foi um êxito político bastante grande. Não só político mas também económico porque nos vai permitir tentar ser

do Conselho Coordenador do MLSTP nós iremos reforçar essa ofensiva política e organizacional que poderá contribuir objectivamente como dissemos, para detectar os inimigos internos e saber como eles actuam tanto ao nível económico, social e político. Portanto essa ofensiva constitui um factor de importância fundamental para nós desmantelarmos a rede da reacção interna e para neutralizarmos a acção dos inimigos internos da nossa revolução.

PERGUNTA — Sr. Presidente. Isso pressupõe que essa ofensiva vai prosseguir, por etapas, naturalmente, atendendo às palavras que acaba de pronunciar.

PRESIDENTE PINTO DA COSTA — Naturalmente que ela é continua essa ofensiva,

utilizando o processo da crítica e autocritica. As populações elegeram directamente os seus deputados, os seus delegados. Isso constitui para nós uma consolidação e um aumento da democracia. Isso permite-nos dizer, portanto, que os representantes ao nível da Assembleia são verdadeiramente representantes do Povo, eleitos directamente pelo Povo. Isto constitui um dos elementos essenciais da nova Constituição e vai-nos permitir concretizar na realidade a palavra de ordem da nossa Constituição de zelar pelo Povo e para o Povo. A nova Constituição vai permitir efectivamente o povo exercer o Poder. Estes constituem portanto os aspectos fundamentais da nova Constituição.

— Por outro lado a nova Constituição vai-nos permitir, no domínio económico, ela-